



# EDUCAÇÃO BÁSICA EM CONTEXTOS ASSIMÉTRICOS NO BRASIL DE 2010 A 2020: política e gestão como objeto de pesquisa da pós-graduação

*Maria Alice de Miranda Aranda*<sup>1</sup>

*Giselle Cristina Martins Real*<sup>2</sup>

*Fabio Perboni*<sup>3</sup>

## RESUMO

O artigo aprofunda a relação entre a educação básica e a pós-graduação em educação, em virtude da prospecção comum em contribuir com a melhoria da educação básica e, ainda, por ser pouco referenciada. Tem como objetivo revelar os temas que se constituem como objeto de estudo da pós-graduação em educação ao tratar das políticas e da gestão para a educação básica em período recente, especificamente entre 2010 e 2020. Esta última década foi marcada por intensos debates e disputas em torno das políticas educacionais. Destacam-se as discussões em torno do Plano Nacional de Educação e as múltiplas questões que envolvem sua efetivação. O levantamento e a análise da produção científica permitem captar alguns desses movimentos, permitindo situar a produção de um programa de pós-graduação no contexto mais amplo da área da política e gestão da educação. Para tanto, elege-se o PPPGEdu/UFGD como um estudo de caso, representativo das políticas constituidoras da focalização educação básica-pós-graduação. Foram levantadas 65 produções, sendo 60 Dissertações de Mestrado e 5 Teses de Doutorado na Linha de Pesquisa "Políticas e Gestão da Educação Básica". Foi possível constatar um conjunto de desafios para a pesquisa educacional, na perspectiva da política e da gestão, no internacional, nacional e local, com a notificação das problemáticas, ainda, presentes na educação básica, foco das pesquisas educacionais nesses espaços de síntese assimétrica, podendo iluminar os processos de decisão para a melhoria, ainda necessária, da educação básica para todas as regiões brasileiras.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Pós-Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelo PNPd/CAPES. Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e atualmente Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa "Estado, Política e Gestão da Educação - GEPGE". Orcid Id: <http://orcid.org/0000-0003-2561-7579>. E-mail: [mariaaranda@ufgd.edu.br](mailto:mariaaranda@ufgd.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora e Pós-Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, líder do Grupo PAES. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-8855-4141>. E-mail: [gisellereal@ufgd.edu.br](mailto:gisellereal@ufgd.edu.br)

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), e Pós-Doutor pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Professor da UFGD, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do GEPGE. Orcid Id: <http://orcid.org/0000-0002-1345-877X>. E-mail: [fabiooperboni@ufgd.edu.br](mailto:fabiooperboni@ufgd.edu.br)



**Palavras-chave:** Educação Básica. Política e gestão educacional. Pesquisa em Educação.

## **BASIC EDUCATION IN ASIMETRIC CONTEXTS IN BRAZIL FROM 2010 TO 2020: politics and management as an object of postgraduate research**

### **ABSTRACT**

The article deepens the relationship between basic education and postgraduate studies in education, due to the common prospect of contributing to the improvement of basic education, and because it is little referenced. Its objective is to reveal the themes that constitute the object of study of graduate education in education when dealing with policies and management for basic education in a recent period, specifically between 2010 and 2020. This last decade was marked by intense debates and disputes around educational policies. The discussions around the National Education Plan and the multiple issues surrounding its implementation stand out. The survey and analysis of scientific production allow us to capture some of these movements, allowing us to place the production of a graduate program in the broader context of the area of education policy and management. For this purpose, the PPPGEdu/UFGD is chosen as a case of study, representative of the policies that make up the basic education-postgraduate focus. 65 productions were raised, being 60 Master's Dissertations and 5 Doctoral Theses in the Research Line "Policies and Management of Basic Education". It was possible to observe a set of challenges for educational research, from the perspective of policy and management, at the international, national and local level, with the notification of problems still present in basic education, the focus of educational research in these spaces of asymmetric synthesis, being able to illuminate the decision processes for the improvement, still necessary, of basic education for all Brazilian regions.

**Keywords:** Basic Education. Educational policy and management. Research in Education.

## **EDUCACIÓN BASICA EN CONTEXTOS ASIMETRICOS EN BRASIL DE 2010 A 2020: política y gestión como objeto de pesquisa de la posgraduación**

### **RESUMEN**

El artículo hace un estudio profundo sobre la relación entre la educación básica y la posgraduación en educación, en virtud de la prospección común en contribuir con la mejora de la educación básica y, todavía, por ser poco referenciada. Tiene como objetivo revelar los temas que se constituyen como objeto de estudio de la posgraduación en educación al tratar de las políticas y de la gestión para la educación básica en periodo reciente, específicamente entre 2010 y 2020. Esta última década fue marcada por intensos debates y disputas en torno de las políticas educacionales. Se destacan las discusiones en torno al Plano Nacional de Educación y las múltiples cuestiones que envuelven su efectucción. El levantamiento y el análisis de la producción científica permiten captar algunos de esos movimientos, permitiendo situar la producción de un programa de



posgraduación en el contexto más amplio del área de la política y gestión de la educación. Para este fin, se elige el PPPGEdu/UFGD como un estudio de caso, representativo de las políticas constitutivas de la focalización en la educación básica-posgraduación. Fueron levantadas 65 producciones, siendo 60 trabajos de maestría y 5 tesis de Doctorados en la línea de investigación "Políticas y Gestión de la Educación Básica". Fue posible constatar un conjunto de desafíos para la pesquisa educacional, en la perspectiva de la política y de la gestión, en lo internacional, nacional y local, con la notificación de las problemáticas, todavía, presentes en la educación básica, foco de las pesquisas educacionales en esos espacios de síntesis asimétrica, pudiendo iluminar los procesos de decisión para la mejora, todavía necesaria, de la educación básica para todas las regiones brasileras.

**Palabras-claves:** Educación Básica. Política y gestión educacional. Pesquisa en Educación.

### Introdução

A educação básica ocupa a pauta da agenda do Estado brasileiro de forma centralizada, sobretudo a partir de 1988, quando é aprovada a Constituição Federal, constituída como um marco jurídico-normativo para a educação.

O delineamento dessa centralidade é construído a partir de sua configuração como um direito social, obrigatório para o Estado e a família, em que são definidas as bases de sua categorização como direito público subjetivo, mecanismo garantidor de sua efetivação (DUARTE, 2007).

Já no início dos anos de 1990, observa-se medidas públicas de expansão e de qualificação da educação básica, quando se instaura implementação de sistema de avaliação que foi a síntese do Estado-Educador no Brasil, também, interpretado como Estado Avaliador (FREITAS, 2007).

As medidas voltadas para a educação básica impactaram na demanda por educação para os níveis subsequentes, que chegam à educação superior (OLIVEIRA, 2009), e conseqüentemente à pós-graduação.

Importa, portanto, neste momento, aprofundar a relação entre a educação básica e a pós-graduação em educação, em virtude da



prospecção comum em contribuir com a melhoria da educação básica e, ainda, por ser pouco referenciada.

O recorte ao período de 2010 a 2020 tem em vista trazer elementos para se analisar efeitos das políticas voltadas para educação, implementadas no pós-Constituição Federal, que trazem imbricados objetivos e proposições públicas de expansão e de qualificação da educação.

A formação de quadros para a educação básica e para a educação superior qualificadora de professores para a educação básica inserem-se como ponto da interseção entre esses níveis da educação, objeto desse artigo.

Para essa análise toma-se como referência empírica o papel do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) por se situar no centro das políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à educação qualificada.

O PPGEdu/FAED está inserido em cidade do interior, entedida como contraponto às capitais das unidades federadas, espaço em que a presença de educação superior e, especificamente, de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, demanda a interferência de políticas públicas para se estabilizar. Ainda, o PPGEdu é situado fora do eixo sul-sudeste, onde se concentra a oferta verticalizada da educação superior e, especialmente, onde os indicadores de qualidade que aferem a educação básica são mais promissores (SOUSA, OLIVEIRA, ALARVARSE, 2011), o que implica em mais uma medida pública voltada para correção de mais essa assimetria na organização estruturada, historicamente, junto ao sistema educacional do país.

Portanto, o PPGEdu configura-se como um ponto equidistante da reta linear que delinea a pós-graduação brasileira, constituindo-se como objeto de necessária análise qualitativa, que pode contribuir com reflexões acerca da compreensão dos nexos entre educação básica e pós-graduação em educação, uma vez que possibilita a articulação da relação de caso



particular para o contexto mais geral dos significados de interveniência recíproca destes dois níveis da educação.

O objetivo deste artigo, neste cenário, é revelar os temas que se constituem como objeto de estudo da pós-graduação em educação ao tratar das políticas e da gestão da educação básica em período recente, especificamente entre 2010 e 2020, quando se decorrem pelo menos 22 (vinte e dois) anos da publicação da Constituição Federal e suas prerrogativas de políticas centralizadoras do direito à educação.

Acredita-se que essa análise contribuirá para as políticas educacionais com a notificação das problemáticas, ainda, presentes na educação básica, foco das pesquisas educacionais nesses espaços de síntese assimétrica, podendo iluminar os processos de decisão para a melhoria, ainda necessária, da educação básica para todas as regiões brasileiras.

Para tanto, elege-se o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) como um estudo de caso, representativo das políticas constituidoras da focalização educação básica-pós-graduação.

O presente artigo está dividido em três seções, além das considerações finais. A primeira seção versa sobre o PPGEdu e sua caracterização como fruto de política de Estado no contexto da qualificação da educação. A segunda seção indica os embates em torno da educação básica a partir da perspectiva construída historicamente da política e da gestão educacional. A terceira seção evidencia os objetos de pesquisa do PPGEdu acerca da educação básica, de forma a revelar suas preocupações e temáticas, no período de 2010 a 2020, evidenciando a ênfase nas problemáticas da política e da gestão educacional. Por fim, apresentam-se considerações finais que explicitam as relações entre educação básica e pós-graduação, apontando as temáticas que ocupam a preocupação de pesquisadores do campo educacional, especificamente inseridos em contexto em que se conjugam as assimetrias regionais nas dimensões da geografia brasileira.



## 1 PPGedu/UFGD como política de Estado: a qualificação da educação em contexto assimétrico

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD inicia suas atividades a partir de janeiro de 2008 (SANTOS; SARAT, 2020) com a oferta de curso de mestrado em educação, e, partir de 2014 intensifica a formação de pesquisador/professor da educação básica e superior com a oferta de doutorado. As primeiras defesas de dissertações ocorrem a partir de 2010, marco inicial do recorte temporal aqui definido. Trata-se, portanto, de um programa recente.

Sua implementação ocorre na vigência do 5º Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPD), que abarcou planejamento para o período de 2005-2010, que teve como uma de suas premissas o combate às assimetrias regionais e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, principalmente da educação básica (BRASIL, 2010; 2020).

Essas premissas estavam presentes em PNPD anteriores.

Na década de 80, período de redemocratização do país, o foco do PNPG 1982-1985 continua na expansão do sistema; existe, entretanto, a preocupação de que a expansão ocorra de forma equânime, atenuando possíveis assimetrias na distribuição dos programas. Essa preocupação aparecerá em todos os planos posteriores e direcionará a formação e a fixação de recursos humanos em regiões específicas do país (BRASIL, 2020).

Portanto, fundem-se, nessas perspectivas, história e missão do PPGedu. Expressamente definida:

A formação de altos quadros de profissionais para a área da educação, de forma a contribuir com a melhoria da qualidade da educação básica e superior, particularmente da região da Grande Dourados e do estado de Mato Grosso do Sul, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão (PPGedu, 2021).

A própria UFGD, *locus* de inserção do PPGedu, é criada em 2005, por desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Era um de seus cinco campi localizados no interior do estado. O processo se consolidou por meio de programa governamental voltado para a expansão institucional e interiorização da educação superior, identificado como “Programa Expandir para ficar do tamanho do Brasil” (MAGALHÃES, 2019).



O PPGEduc é planejado no início de implementação da UFGD, em 2006, quando é criada a sua Faculdade de Educação, que, por sua vez, abriga o grupo de professores novos que chegaram, somando-se ao quadro existente, proporcionando o atendimento aos requisitos da Capes de qualificação e de experiência em pós-graduação e pesquisa em educação. Ainda, considera-se a inserção integrativa dos docentes com as redes de educação básica na região.

Portanto, constituir e qualificar a pós-graduação em educação no âmbito da UFGD contribui para minorar as assimetrias regionais, já apontadas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e referendada na estratégia 14.6 no PNE (2014-2024):

14.6) ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas (BRASIL, 2014)

O Relatório da Avaliação Quadrienal de 2017, produzido pela área de Educação da Capes, indica pela permanência de assimetria regional, no que se refere aos programas na área de educação. A assimetria se revela tanto na concentração geográfica quanto na qualificação dos programas. Particularmente, estas assimetrias são observáveis de forma mais evidente, quando se leva em conta três fatores: i) a verticalização dos programas; ii) a localização geográfica concentrada nas regiões sul e sudeste, inclusive na relação interior/capital; e iii) os resultados das Avaliações, conforme se pode notar pelos dados constantes no Quadro 1 extraído deste Relatório, transcrito a seguir.

**Quadro 1** – Número de programas acadêmicos e profissionais nas Regiões brasileiras no início do processo avaliativo

Estrato	Região	No de programas acadêmicos	No de programas profissionais	Total
3	Norte	7	1	8
	Nordeste	7	5	12
	Sudeste	8	7	15
	Sul	4	3	7
	Centro-Oeste	6	1	7
4	Norte	2	-	2



	<b>Nordeste</b>	8	6	14
	<b>Sudeste</b>	18	11	29
	<b>Sul</b>	15	4	19
	<b>Centro-Oeste</b>	1	1	2
<b>5</b>	<b>Norte</b>	1	-	1
	<b>Nordeste</b>	5	1	6
	<b>Sudeste</b>	20	2	22
	<b>Sul</b>	11	-	11
	<b>Centro-Oeste</b>	7	-	7
<b>6</b>	<b>Norte</b>	-	-	-
	<b>Nordeste</b>	-	-	-
	<b>Sudeste</b>	2	-	2
	<b>Sul</b>	2	-	2
	<b>Centro-Oeste</b>	-	-	-
<b>7</b>	<b>Norte</b>	-	-	-
	<b>Nordeste</b>	-	-	-
	<b>Sudeste</b>	2	-	2
	<b>Sul</b>	2	-	2
	<b>Centro-Oeste</b>	-	-	-

**Fonte:** Relatório de Avaliação da Área de Educação da Capes (CAPES, 2017, p. 64).

É notável a concentração dos programas de pós-graduação mais qualificados nas regiões sul e sudeste, espaços que também apresentam os melhores resultados das avaliações da educação básica (SOUSA, OLIVEIRA; ALAVARSE, 2011).

Quando se observa o contexto da região Centro-Oeste e do estado de Mato Grosso do Sul, evidencia-se a relevância do PPGedu, que compõe o seletor grupo dos 32,73% dos programas que possuem conceito igual ou superior a 5 (cinco). Ainda, porque em toda a região Centro-Oeste, o PPGedu é o único programa em educação, sediado fora de capital, que possui conceito 5 (cinco) na avaliação da Capes. Como consta no Quadro 2 abaixo:

**Quadro 2** – Programas de pós-graduação em educação na região Centro-Oeste, considerando o estado de origem, a forma de organização administrativa, localização, nível de oferta e o conceito obtido na avaliação Quadrienal 2017

Nº	Instituição	UF	Organização administrativa	Localização	Nível	Conceito
01	UnB	GO	Federal	capital	Mest/Dou	5
02	UnB-profis	GO	Federal	capital	Mest	3
03	UFG-Goiânia	GO	Federal	capital	Mest/Dou	5
04	UFG-Catalão	GO	Federal	interior	Mest	3





05	UFG-Jataí	GO	Federal	interior	Mest	3
06	Católica de Goiás	GO	Privada/ Confessional	capital	Mest/Dou	5
07	UEG	GO	Estadual	interior	Mest	A
08	Faculdade de Inhumas	GO	Privada	interior	Mest	A
09	UFMT-Cuiabá	MT	Federal	capital	Mest/Dou	5
10	UFMT-Rondonópolis	MT	Federal	interior	Mest	3
11	UNEMAT-Cáceres	MT	Estadual	interior	Mest	3
12	UFMS-CG	MS	Federal	capital	Mest/Dou	5
13	UFMS-CEPAN	MS	Federal	interior	Mest	3
14	UFMS-CPTL	MS	Federal	interior	Mest	A
15	UCDB-CG	MS	Privada/ Confessional	capital	Mest/Dou	5
16	UFGD-Dourados	MS	Federal	interior	Mest/Dou	5
17	UEMS-Paranaíba	MS	Estadual	interior	Mest	3
18	UEMS-CG(profis)	MS	Estadual	capital	Mest	4

**Fonte:** Construção própria a partir do Relatório da Avaliação Quadrienal da Área de Educação da Capes (CAPES, 2017).

CG – Campo Grande; CPAN – Campus Pantanal; CPTL – Campus Três Lagoas

Assim, destaca-se que a relação pós-graduação-educação básica deve ser avaliada e monitorada de forma que políticas possam ser alimentadas com informações que contribuam para a efetivação da missão e história da pós-graduação com a educação básica, especialmente em contextos de assimetrias regionais, que por sua vez produzem outras assimetrias.

Portanto, diante da missão do PPGEduc em contribuir com o nivelamento dessas assimetrias, ao intentar a melhoria da qualidade da educação básica e da educação superior que qualifica professores para a educação básica, toma-se como referência a análise dos objetos de pesquisa focalizados neste contexto como forma de explicitar problemáticas que demandam o desenvolvimento de políticas educacionais.

Destaca-se que no período de 2010 a 2020 o PPGEduc formou 204 mestres e 30 doutores, quando a população de Dourados, para 2020, tem como estimativa 225.495 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Este número pode ser considerado



relevante na medida em que indica a presença de um mestre/doutor em educação para cada 1.037 habitantes.

Além desses resultados quantitativos o PPGEduc explicita sua atuação significativa junto à educação básica, constituindo em ponto empírico relevante para análises das problemáticas educacionais em contextos assimétricos.

## **2 A Educação Básica na perspectiva da política e da gestão educacional**

No tempo presente, a política e a gestão educacional no Brasil têm como balizas os normativos instituídos no processo de redemocratização da década de 1980 e as disputas que se seguem após a década de 1990. Depreende-se, portanto, que a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e os Planos Nacionais de Educação (BRASIL, 2001 e 2014) se constituem até o presente como marco jurídico-normativo para a educação nacional.

Em vigência, esses normativos, caracterizam-se em contexto de intensas disputas. De um lado, por alterações na própria lei e, de outro, pelas disputas na implementação de suas determinações. Importante considerar que por sua estrutura federativa, os normativos nacionais que regulamentam a Educação Básica, em sua maioria, são colocados em prática pelos sistemas estaduais e municipais de educação, que se caracterizam pela diversidade no atendimento da educação Infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Cury (2016) destaca que analisar a Educação Básica no Brasil é um processo complexo, inicialmente por estar sujeita a múltiplos condicionantes, como o desenvolvimento econômico nacional e a desigualdade socioeconômica que caracteriza nosso país.

Soma-se a esses dois fatores o fato de que o próprio conceito de educação básica ser algo novo, introduzido em nosso campo normativo legal “fruto de muita luta e de muito esforço por parte de educadores que se esmeraram para que determinados anseios se formalizassem em lei” (CURY, 2016. p. 170). A LDB define que a Educação Básica tem por



finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). São objetivos amplos que abrangem as três etapas que compõe a Educação Básica, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Desse conceito depreende-se o dever do Estado em garantir essa formação compreendida como um “serviço público (e não uma mercadoria) da cidadania, a nossa Constituição reconhece a educação como direito social e dever do Estado” (CURY, 2016. p. 171). O estudo das políticas e da gestão educacional no âmbito geral da Educação Básica, tem amplo espectro e muitas formas de abordagens.

Souza, (2016) apresenta os principais temas abordados nas pesquisas sobre políticas educacionais, sintetizando que estas se caracterizam em sua maioria como

[...] pesquisas sobre programas específicos de governo, assim como a agenda da política educacional, bem como os processos de tomada de decisão, planejamento, implementação, acompanhamento, controle da ação, portanto a gestão, somados à avaliação, são elementos que centralizam o Estado como espaço ou ente investigado. O financiamento da educação e a legislação educacional, ambas predominantemente estudadas em perspectiva oficial, isto é, de análise da ação do Estado nesses campos, também se somam aos primeiros objetos que centralizam a ação estatal.

11

Destaca-se ênfase na ação Estatal como elemento característico da pesquisa do campo das políticas educacionais. Os temas abordados, ao centrarem-se em programas específicos de governo se caracterizam por uma inconstância, temática, uma vez que acabam pautados pelas ações dos próprios governos.

Diante da multiplicidade de temas possíveis destaca-se alguns que perpassam por várias políticas educacionais e foram nos últimos anos objeto de disputa no âmbito das políticas educacional, como por exemplo a gestão educacional e o financiamento da educação, temas muito presentes nas discussões do Plano Nacional de Educação e seus desdobramentos. Nesta seção, almeja-se destacar alguns pontos que



características a política e a gestão educacional no cenário da última década, condicionada por esse cenário pós-redemocratização das últimas três décadas.

A política e a gestão educacional são em grande medida condicionadas por embates que marcam o final do século XX e início do século XXI. Esses se caracterizam por uma percepção de que o “[...] universo dos educadores, educandos, administradores de aparelhos educacionais, políticos e gestores públicos está dividido e polarizado em duas visões opostas a respeito dos fins da educação e de como atingi-los” (SINGER, 1996, p.5). A primeira, visão denominada de civil democrática, não vê contradição entre a formação do cidadão e a preparação para o mercado de trabalho, pois o preparo para a vida adulta envolve as dimensões profissional, familiar, esportiva, artística dentre outras.

A segunda visão, denominada por Singer de produtivista, concebe a educação como “preparação dos indivíduos para o ingresso, da melhor forma possível, na divisão social do trabalho”, enfatizando a importância que os economistas chamam de ‘acumulação de capital humano’. Neste sentido, educar seria instruir e desenvolver no indivíduo faculdades que habilitem o educando a integrar o mercado de trabalho (SINGER, 1996, p. 5-6).

Perboni e Oliveira (2021, p.16) destacam que diferentes concepções teóricas concebem diversos papéis para o Estado, com destaque para uma disputa entre “correntes de pensamento que defendiam um Estado provedor, com maior atuação no provimento de políticas sociais” em oposição aos defensores de uma redução da atuação do Estado que deveria concentrar-se em ações de “fiscalização, normatização e avaliação das atividades desempenhadas por diferentes segmentos da sociedade civil e pelas forças do mercado”.

Neste segundo grupo, encontram-se o que convencionou-se denominar de Nova Gestão Pública (NGP), como expressão no campo da gestão das concepções neoliberais. Verger e Normand (2015), destacam que vários países têm ampliado essas medidas no setor educativo,



adaptando seus marcos regulatórios e programas educativos de acordo com esses novos princípios. Destacam ainda que a NGP não implica a saída do Estado do âmbito dos serviços públicos, mas um replanejamento das funções governamentais na gestão desses serviços.

No campo normativo os planos decenais de educação, de certa forma, sintetizam esses embates, ao propor metas e estratégias em uma perspectiva geral da educação nacional. O atual Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), por exemplo, ao apresentar 20 metas para a educação brasileira, abrangendo o período de 2014 a 2024, tem presente em seus dispositivos esse tensionamento entre uma perspectiva democrática da gestão educacional e uma perspectiva gerencial, entre uma ação majoritária do Estado como provedor dos serviços educacionais e uma ação pautada na parceria com o setor privado.

Esses tensionamentos, entre outros, são captados pelas pesquisas no campo educacional, em especial aquelas que se debruçam sobre a política e a gestão. Uma vez que os planos se constituem como uma política de Estado e devem se o epicentro das políticas educacionais (DOURADOS, 2017).

Em contraposição às determinações contidas na Constituição Federal de 1988 são inseridos no campo normativo uma ampliação do caráter privado da educação. Conforme destaca Sander (2007), as reformas educacionais que se referenciaram no movimento neoliberal trouxeram para a educação conceitos e práticas do gerencialismo empresarial privado

[...] enfatizando a eficiência e a produtividade, o planejamento estratégico, a racionalização administrativa e a flexibilização laboral associada à contratação por resultados e à avaliação estandarizada de desempenho, a descentralização, a privatização e a adoção maciça da tecnologia da informação. Nasce assim, a pedagogia corporativa, que lança mão dos princípios e métodos da qualidade total na gestão escolar, em que os professores são prestadores de serviço, as empresas se transformam em clientes da escola e, como tal, recebem dela os alunos que passaram pelo processo massivo de produção educacional (SANDER, 2007, p. 69-70).



Na impossibilidade de aprofundar a análise sobre todas as 20 metas do PNE 2014-2024, apresenta-se um exemplo paradigmático dessa dinâmica de disputa de concepções que reside na normatização sobre a gestão democrática da educação pública. Presente como princípio na Constituição Federal de 1988 e também em diversos dispositivos da legislação infra constitucional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9394/1996) ao ser aprovada na meta 19 do atual Plano Nacional de Educação 2014-2024, (Lei nº 13005/2014), este associa a consulta da comunidade à "critérios técnicos de mérito e desempenho", como forma de efetivar a gestão democrática nos sistemas de ensino. Critérios técnicos e de mérito são elementos estranhos ao debate específico da gestão democrática que remonta ao processo de redemocratização da década de 1980, porém está muito presente nas orientações da NGP, que tem em sua gênese uma perspectiva diversa sobre a democracia e a participação.

Parece claro que o modelo atual de escola não corresponde às novas necessidades e, ao não dar conta das novas exigências educacionais, a escola tende a ver somente suas patologias. Sobre a falta de um padrão cultural colocado externamente *a priori*, caberia aos agentes educativos esta definição, em articulação com questões mais gerais (DI GIORGI, 2001).

Cabe pensar na atualidade qual é o real papel da escola, considerando que para esta definição não existe uma posição neutra. Neste ponto reside a importância em aprofundar o entendimento dos posicionamentos atuais presentes nas escolas para melhor situar os caminhos a serem seguidos dentro de uma visão de totalidade.

### **3 A produção científica da Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação Básica no PPGEduc (2010 a 2020)**

A Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação é uma das Linhas pertencente a área de concentração do PPGEduc/UFGD denominada "História, Política e Gestão". Cabe destacar que esta Linha contempla tanto



a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), quanto a Educação Superior (Graduação e Pós-Graduação).

Tendo como categorias de base a política educacional e a gestão educacional e escolar, realiza estudos, pesquisas, ensino e extensão sobre o Estado no contexto contemporâneo e sua atuação na área da educação, contemplando instituições, organizações, atores, processos, mecanismos, estratégias e instrumentos

Nesses termos, no decênio em foco, a Linha de Pesquisa Políticas e Gestão chegou a 78 produções, sendo 70 Dissertações de Mestrado e 8 Teses de Doutorado. Cabe destacar que apenas no ano de 2020 a Linha atingiu ao número de 6 professores, oscilando nos 10 anos, primeiro com 3, depois 4, indo para 5, voltando para 4, sempre contando com a colaboração de professores sêniores, visitantes e bolsistas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

Para o objetivo deste estudo, considerando tema maior onde o mesmo se insere, **a Educação Básica**, esta Linha destaca 65 produções **(83,3%)**, sendo 60 Dissertações de Mestrado e 5 Teses de Doutorado, observando que 13 pesquisas **(16,7%)**, sendo 10 Dissertações de Mestrado e 3 Teses de Doutorado, estão voltadas para o **Ensino Superior**, numa demonstração de cujos títulos compõem o quadro 3.

Considerando que os objetos se retratam nos títulos e demonstram suas especificidades em torno do tema maior, no caso “Educação Básica”, optou-se por listá-los, levando em conta o ano de início, denominado de entrada e o ano da defesa.

**Quadro 3** – Dissertações e Teses decorrentes do tema Educação Básica na Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação no PPGEdu/UFGD (2010 a 2020)

Ano de entrada e defesa	Títulos das Dissertações de Mestrado (M) e Teses de Doutorado (D)	M/D
2008-2010	Fortalecimento de conselhos escolares: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses	M
	Ensino fundamental de nove anos: implementação e organização escolar em Dourados/MS	M
	Organização e gestão da formação continuada dos professores de língua	M



	portuguesa no âmbito municipal: impasses e possibilidades	
	A concepção de formação continuada nos programas da união e repercussões no âmbito municipal	M
	A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do ideb em Mato Grosso do Sul	M
<b>2009-2011</b>	A política educacional em municípios com bons resultados no IDEB – mapeamento de características	M
	A avaliação na política educacional de municípios sul-mato-grossenses	M
	A qualidade da educação básica no PDE: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas	M
	A articulação escola-família em escolas destaques no IDEB	M
	A política de formação continuada de professores e a sua relação com os tópicos da avaliação de desempenho - prova brasil.	M
<b>2010-2012</b>	Gestão do processo de reorientação curricular na rede municipal de ensino de Dourados (2001 a 2008)	M
	Indicadores de qualidade de ensino: estudo em escola destaque no IDEB	M
	A reorganização do ensino fundamental de nove anos a partir do Projeto Político Pedagógico das escolas	M
	Monitoramento e gestão do ensino fundamental: práticas escolares em face de políticas indutoras	M
	A Conae 2010 e os apontamentos para a política de valorização docente	M
	Desafios à gestão escolar em contextos adversos	M
	O delineamento da política de alfabetização no município de Dourados/MS: considerações sobre o bloco inicial de alfabetização	M
<b>2011-2013</b>	Avaliação e gestão da alfabetização: usos da provinha brasil no município de Dourados-MS	M
	Políticas para a alfabetização: a implementação em escolas com baixos índices educacionais (campo grande, 2009-2011)	M
	Concepção de currículo e de PARTICIPAÇÃO nas políticas curriculares para o município de Dourados (1997-2004): avanços e fragilidades	M
	Políticas de formação continuada de professores alfabetizadores no município de Dourados - MS	M
<b>2012-2014</b>	A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes pela via judicial: análise das decisões judiciais do supremo tribunal federal (2003-2012)	M
	Acesso à educação superior pelo ENEM/SISU: uma análise da implementação nas universidades sul-mato-grossenses	M
	As ressignificações de cidadania nas escolas do município de Dourados (MS)	M
	O Plano de Ações Articuladas na gestão educacional: desafios à implementação das políticas educacionais em municípios de Mato Grosso do Sul	M
<b>2013-2015</b>	A formação continuada de professores no Plano de Ações Articuladas de municípios sul-mato-grossenses	M
	Valorização docente em municípios de Mato Grosso do Sul: análise a PARTir do Plano de Ações Articuladas (PAR)	M
	Escola de tempo integral: análise do processo de implementação em campo grande	M
	A implementação das cotas raciais e sociais na ufgd e sua contribuição para a política de ações afirmativas (2012-2014)	M
<b>2014-2016</b>	A implementação do programa mais educação no município de Dourados-MS: concepções e práticas	M
	Política e gestão do processo alfabetizador na relação PAR/pnaic em Dourados, MS: qual qualidade?	M
	O Plano de Ações Articuladas (PAR) na rede municipal de ensino de Dourados, MS: a qualidade materializada nas práticas pedagógicas do ensino público fundamental	M
<b>2014-2018</b>	O papel do Fórum Estadual de Educação no planejamento educacional sul-mato-grossense	T
	A participação dos conselhos municipais de educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no estado do MS	M
<b>2015-2017</b>	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na UFGD/MS: recorrências e solicitações da realidade	M





	Implementação da avaliação nacional da alfabetização na gestão do processo alfabetizador em Dourados-MS	M
	Do Plano Nacional aos Planos Municipais de Educação: estudo do município de Naviraí – MS	M
	Condicionantes da política: a formulação do sistema de avaliação da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul – SAEMS	M
2015-2019	A efetividade das políticas de valorização docente pela via judicial	T
	O mercado da formação continuada de professores no Brasil: a presença do empresariamento social privado	T
2016-2018	Arranjos e estratégias para o cumprimento da Emenda Constitucional 59/2009: estudo do município de Campo Grande – MS	M
	A função do coordenador pedagógico na implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em Escolas Da Rede Municipal de Dourados/MS (2012-2017)	M
	A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)	M
	Política de formação continuada para diretores escolares: a relação entre as necessidades formativas e a oferta no estado de Mato Grosso do Sul	M
	A valorização docente na formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025)	M
2016-2020	A efetivação do acesso à pré-escola via privatização: desafios ao direito à educação	T
2017-2019	Atuação do Conselho Municipal de Educação de Dourados-MS na garantia do direito à educação infantil	M
	A implementação da política nacional de formação de professores na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	M
	Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na região cone sul/MS (2015-2017)	M
	O Plano Municipal de Educação de Dourados, MS/2015-2025: desafios e perspectivas à implementação da gestão democrática da educação	M
	A tramitação/aprovação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025): desdobramentos decorrentes da atuação do poder legislativo	M
2018-2020	A gestão democrática em cena: uma análise da Rede Municipal de Nova Andradina (MS)	M
	O Projeto Escola da Autoria como política de educação em tempo integral: o caso da Escola Estadual de Taquarussu – MS	M
	Feitos e desfeitos: percepções das docentes sobre o estágio curricular supervisionado obrigatório na pedagogia da UFMS/CPNV	M
	Processo de formação continuada do coordenador pedagógico na Rede Municipal de Ensino de Dourados-MS (1988-2018): caminhos, descaminhos e desafios	M
	Do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) ao Programa Mais Alfabetização (PMALFA): o novo ou tudo de novo?	M
2019-2021	Gestão do coordenador pedagógico na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Dourados-MS (1996-2020)	M
	A configuração do direito à educação aos privados de liberdade: a legislação brasileira e italiana em questão	M
	Processo de provimento ao cargo de diretores escolares: interseção da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul com a Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS	M
	A concepção de gestão da educação básica na formulação da política de planejamento educacional do Brasil e do Paraguai.	M
	A garantia da educação infantil no Plano Municipal de Educação de Dourados/MS	M
	As influências das avaliações externas e em larga escala sobre as práticas docentes: percepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Estadual de Dourados-MS	M
	Reforma do ensino médio na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul: materialização da Lei nº 13.415/17 nas escolas-piloto de Dourados	M
	O lugar do estágio curricular supervisionado obrigatório em educação não escolar nos cursos de pedagogia da UFMS	M



**Fonte:** organizado pelos autores com base no repositório portal da UFGD. Link: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/dissertacoes-defendidas>.

A base das produções apresentadas no quadro 3 está assentada em Projetos de Pesquisas em Rede, tanto nacionais quanto locais apresentados por Aranda e Perboni (2020), no primeiro capítulo do Livro “Diálogos universidade-escola: contribuições para a prática da gestão escolar” (REAL e SANTOS JÚNIOR, 2020).

Dito isto, passa-se a sintetizar os objetos que conduziram as produções listadas, ciente da análise de Souza (2014, p. 356) quando alerta que “parece não haver um consenso pleno sobre o que é/são o/s objeto/s de investigação neste campo [...]. Contudo, [...] há uma linha agregadora nesta diversidade”.

Assim, considerando a diversidade de temas na unidade da Linha em questão, cuja opção foi denominá-los “objetos”,

[...] é preciso saber, nesta hora, que o objeto ‘bruto’ [...] pode ser objeto de muitos, que vivem numa determinada época, episteme, formação discursiva, sociedade etc. [...] logo, logo, virá o ‘segundo objeto’. [...] Há, então, dois objetos de pesquisa: 1) o “bruto”, que é o de todos. Que todos, ou muitos, podem escolher para investigar, estudar, discutir, analisar; e 2) o ‘nosso objeto de pesquisa’, que, afinal, é aquele que questionamos e desfiguramos [...] (CORRAZA, 2016, p. 95).

**Tabela 1** – Objetos de pesquisa da Linha de Políticas e Gestão da Educação articulados à educação básica no decênio 2010 a 2020

Objetos de pesquisa	Nº.	%
Planejamento Educacional (Plano de Ações Articuladas (PAR) no MS e Elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação)	12	18,5
Gestão democrática da educação (gestão dos mais amplos e das escolas, fóruns de educação conselhos escolares, conselhos de educação, eleição de diretores, cidadania, participação)	10	15,4
Gestão do processo alfabetizador da criança (contextos adversos, PNAIC, PMALFA, ANA, BNCC)	9	13,8
Políticas de Avaliação da Educação Básica (IDEB, SAEMS, SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA)	9	13,8
Políticas de formação continuada para docentes, diretores, coordenadores (a presença do empresariamento social privado)	6	9,2
Políticas para o ensino médio (ENEM, Escola de Autoria, Novo ensino médio)	4	6,2
Políticas Curriculares em Dourados - MS	3	4,6
Políticas de Valorização Docente	3	4,6
Estágio curricular supervisionado obrigatório em educação e não escolar	2	3,1



Ensino fundamental de nove anos	2	3,1
Políticas de tempo integral	2	3,1
Direito à Educação aos privados de liberdade	1	1,5
As faces da privatização e o direito na educação pré-escolar	1	1,5
Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)	1	1,5
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** os autores.

Analisando a tabela 3 percebe-se que os objetos (“brutos?”) foram classificados por quantitativos de Dissertações e Teses que os elegeram.

O objeto “Planejamento Educacional (Plano de Ações Articuladas (PAR) no MS e Elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação”, aparece em maior quantitativo nas produções com 18,5%, está entre os temas mais presentes nas investigações do PPGEduc que se debruça sobre as questões do planejamento educacional, decorrente da importância dessa temática para as políticas educacionais desta década, marcada pelas conferências nacionais de educação com participação e incidência sobre os planos decenais de educação. Conforme aponta Dourado (2017, p. 26), a discussão e materialização do Plano Nacional de Educação

[...] expressam uma tessitura sociopolítica que demarca questões mais abrangentes e complexas, envolvendo as agendas transnacionais, o Estado Nacional, a relação entre os entes federados, as especificidades do sistema educacional brasileiro, a gestão, a avaliação, o financiamento, a qualidade e as concepções político pedagógicas nordeadoras, entre outros.

As pesquisas sobre o planejamento educacional abrangem, portanto, um amplo leque de discussões que em última instância investigam a ação do Estado em relação às políticas educacionais.

Na sequência da tabela, com o percentual de 15,4%, está o objeto denominado de “Gestão democrática da educação (gestão dos sistemas mais amplos e das escolas, fóruns de educação, conselhos escolares, conselhos de educação, eleição de diretores, cidadania, participação)”, que não descartam a análise de outras concepções, mas sempre tendo como parâmetro a concepção e princípios da gestão democrática. Souza (2012) analisa que a gestão da educação na pesquisa como o campo de



operação da política, seja no âmbito dos sistemas de ensino, quanto no escolar.

Ao lado da gestão democrática da educação, pelo teor teórico que manifesta está o objeto “Políticas de Avaliação da Educação Básica” (13,8%) vez que as pesquisas produzidas estão relacionadas a uma exitosa gestão de escolas, decorrentes da pesquisa “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”, desenvolvida a partir de 2009 por pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e UFGD, com o propósito de identificar iniciativas de políticas educacionais de municípios que contribuíram para alterar positivamente o Ideb, entre os anos de 2005 e 2007. Outros trabalhos seguiram na investigação das avaliações externas analisando diferentes iniciativas como o SAEMS, o SAEB, a Prova Brasil, a Provinha Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Com um percentual de 13,8% tem-se a “Gestão do processo alfabetizador da criança (contextos adversos, PNAIC, PMALFA, ANA, BNCC)”, cujas constatações demonstram que a alfabetização da criança, do nacional ao local, continua sendo um desafio para a nação, do nacional ao local, com questionamentos e análises sobre alfabetizar a criança até os 8 anos (PNAIC) ou até os 7 anos (proposta da BNCC), indicações que se distanciam do verdadeiro sentido que o tema exige, numa demonstração que nada se tem de novo, é sempre o “tudo de novo”.

Atrelado ao colocado e mais agravante ainda, é a tentativa, por meio das propostas de formação decorrentes do objeto “Políticas de formação continuada para docentes, diretores, coordenadores (a presença do empresariamento social privado)” com 9,2%, que pode se articular também com o objeto “As faces da privatização e o direito na educação pré-escolar (1,5%), demonstrando que o direito da criança da educação infantil pública não está sendo respeitado, não há Instituições para todas, há muito a ser pesquisado sobre a essência presente na aparência de convênios feitos com escolas particulares para dar conta da demanda.



Não diferente, os objetos “Ensino fundamental de nove anos” e “Políticas de tempo integral, ambos com destaque de 3,1% , bem como produções no ensino médio representado no objeto “Políticas para o ensino médio (Escola de Autoria, Novo ensino médio)”, com 6,2% mostram que o processo de reformas que assola a Educação Básica nos dias atuais, nada mais são que procedimentos escolhidos pelos governos que buscam alternativas para driblar a crise ao longo do processo histórico, definidas por Mézáros (2006, p. 88) como “reformas de acomodação”.

Do mesmo modo, faz-se destaque para os objetos “Direito à Educação aos privados de liberdade” e o “Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), os dois com 1,5% cada, articulados a temas mais amplos tratam de singularidades que clamam pela inclusão de parcela da população, o primeiro, numa demonstração que o Estado brasileiro se omite, ao ser comparado a outros outros espaços internacionais, de dar o atendimento necessário. Excetuando a modalidade EJA, oferecida de forma elementar aos privados de liberdade (penitenciários), no que tange também a sua população de ensino fundamental na fronteira a problemática urge por resoluções.

“Estágio curricular supervisionado obrigatório em educação, o escolar e o não escolar” (3,1%) e a “Valorização Docente” (4,6%), foram e são objetos de destaque, há a constatação de que ambos precisam ser percebidos de modo a fazer jus a efetivação da qualidade da educação socialmente referenciada.

Como se vê no geral, evidencia-se predomínio dos temas da Linha de Pesquisa, quais sejam, Políticas Educacionais e Gestão da Educação, vez que somando os 3 primeiros objetos têm-se 47,7%, sendo que os demais temas correlatos aparecem, mas em menor percentual.

Corroborando as análises mais gerais sobre as pesquisas na área de política e gestão da educação, percebe-se também nesse levantamento, para os contextos assimétricos, que em geral as análises centram-se na ação do Estado, compreendida em sentido amplo em suas mais divergentes esferas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito maior de compor discussões sobre as “Vicissitudes de uma década” que influenciaram as políticas educacionais no Brasil, bem como sua gestão, ameaçando direitos conquistados, muitas vezes os aligeirando, o presente artigo procurou colocar em relevo a relação entre a educação básica e a pós-graduação em educação, em virtude da prospecção comum em contribuir com a melhoria da educação básica e, ainda, por ser pouco referenciada.

Assim, como o objetivo revelar os temas que se constituem como objeto de estudo da pós-graduação em educação ao tratar das políticas e da gestão para a educação básica em período recente, especificamente entre 2010 e 2020, década marcada por intensos debates e disputas, fez-se destaque uma produção científica que, acredita-se, permitiu captar alguns desses movimentos, ao situar a produção de um programa de pós-graduação no contexto mais amplo da área da política e gestão da educação, o PPPGEdu/UFGD.

Foram levantadas 65 produções, sendo 60 Dissertações de Mestrado e 5 Teses de Doutorado na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação Básica”, estando em relevo seus objetos no decênio, objetos brutos, talvez.

Foi possível constatar um conjunto de desafios para a pesquisa educacional, na perspectiva da política e da gestão, no internacional, nacional e local, com a notificação das problemáticas, ainda, presentes na educação básica, foco das pesquisas educacionais nesses espaços de síntese assimétrica, podendo iluminar os processos de decisão para a melhoria, ainda necessária, da educação básica para todas as regiões brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ARANDA, M. A. de M.; PERBONI, F. Diálogos universidade-escola: contribuições do Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política e Gestão da Educação – GEPGE”. In: REAL, Giselle C. M.; SANTOS JÚNIOR, José (Orgs.). **Diálogos universidade-escola: contribuições para a prática da gestão**



escolar. 1. ed., Jundia, SP, Paco Editorial, 2020 (Coletânea Colóquios sobre avaliação e ensino)

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Os planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG):** uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa. Brasília: Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatrioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 20 jul 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Brasília: Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 19 jul 2021.

CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017:** Educação. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-educacao-relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017-final-pdf>. Acesso em: 21 jul 2021.

CORRAZA, S. M. Manual infame... Mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, 2016, p. 95 – 105. Disponível em: < <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/11157/9736> >. Acesso em: 16 jul. 2021.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.

DI GIORGI, C. A. G. **Uma Outra Escola é Possível.** Campinas: Mercado das Letras, 2001.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação:** o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.



DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Soceidade**, Campinas, v. 28, n.100, pp. 691-713. DOI 10.1590/S0101-73302007000300004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300004>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FREITAS, D. N. T. de. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

IBGE. **Cidades**: Dourados-MS. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 21 ju. 2021.

MAGALHÃES, A. M. da S. **Políticas e expansão da pós-graduação stricto sensu nas universidades federais em Mato Grosso do Sul (2003-2016)**: uma análise das condições materiais e simbólicas. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Teses%20Defendidas/Ana%20Maria%20da%20Silva%20Magalh%C3%A3es.pdf>. Acesse em: 21 jul. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Soceidade** [online]. Campinas, 2009, v. 30, n. 108, pp. 739-760. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: 21 jul 2021.

PERBONI, F.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Hibridismo na gestão escolar. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 59, 10 fev. 2021.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livros, 2007.

SANTOS, R.; SARAT, M. História e memória da educação na UFGD: os dez anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (2008-2018). In: REAL, G.C.M.; MARQUES, E.P.de S. **A UFGD na memória científica**: contribuições do Programa de Pós-Graduação em Educação. Dourados: editora da UFGD, 2020, p. 23 – 52.

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, 1996.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. de; ALAVARSE, O. M. Políticas educacionais municipais e qualidade do ensino: o Ideb como mecanismo de





monitoramento da educação fundamental. In: FREITAS, D. N. T. de; REAL, G. C.

M. (Orgs.). **Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais**. Dourados: editora UFGD, 2011, p. 13 – 23.

SOUZA, Â. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

SOUZA, Â. R. de. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 159-174, jan./abr. 2012.

UFGD. Portal da Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mestrado e Doutorado em Educação**. (Base de dados das Dissertações e Teses Defendidas). Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/index> . Acesso em: jul. 2021.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015.

Recebido em: 05 de agosto de 2021.

Aprovado em: 30 de agosto de 2021.

Publicado em: 24 de setembro de 2021.

